

a força expansiva da pronúncia meridional e o recuo perante ela da pronúncia popular do Norte produziram-se precisamente como nos outros casos considerados.

Resumindo e concluindo: o facto várias vezes apontado de o português do Brasil apresentar uma série de características fonéticas que o aproximam dos falares meridionais do português da Europa deve-se possivelmente à generalização, na língua dos colonizadores, das características de uma pronúncia que, como ainda hoje acontece no continente português, era a que apresentava maior força expansiva, não precisando de ser a pronúncia da maioria para ser a mais geralmente aceite.

(1956)

3.

Os ditongos decrescentes *ou* e *ei*: esquema de um estudo sincrónico e diacrónico

A notável particularidade fonética das línguas do extremo ocidental da Península Ibérica que, de um ponto de vista românico geral, constitui a conservação dos ditongos decrescentes *ou* e *ei*, merece um estudo de conjunto, sincrónico e diacrónico, que ainda não lhe foi dedicado. As informações e interpretações parcelares — algumas delas da maior utilidade e pertinência — que se encontram espalhadas por várias obras, principalmente pelas gramáticas históricas, estão longe de o substituir. Sobretudo, as tentativas de explicação da origem de algumas das variantes fonéticas que representam os ditongos primitivos, parecem-me muitas vezes prejudicadas pela não obediência a dois princípios fundamentais que não poderão deixar de nortear o estudo a que me refiro:

1.º A simultânea observação da situação actual na totalidade da zona do ocidente peninsular em que se mantêm os ditongos, consideradas com igual atenção as suas secções portuguesa, galega e asturiano-leonesa.

2.º A simultânea consideração das variantes que continuam os dois ditongos — cuja história, se não é idêntica, julgo evidente ser pelo menos rigorosamente paralela.

Infelizmente não é esse necessário estudo de conjunto ou a exposição de alguns dos seus resultados que me é possível trazer aqui nesta ocasião. De momento, apenas tenho reunidos para ele alguns materiais e formuladas algumas hipóteses. Pensei que poderia ter algum interesse, em todo o caso, apresentar neste Simpósio de Filologia

Românica um esboço do futuro trabalho, sobretudo da sua parte descritiva, sincrónica, acompanhado da comunicação de alguns dados novos recolhidos e de certos ensaios de interpretação, na esperança de recolher sugestões que me auxiliem no prosseguimento do trabalho empreendido e também na de, num ou noutro caso, ser útil a outro investigador ocupado em assuntos afins.

*
* *
*

O ponto de partida do estudo que imagino será a cuidadosa descrição da actual distribuição geográfica, social e, em certos casos, estilística, dos resultados a que conduziu a evolução dos ditongos *ou* e *ei*, provenientes, quer dos ditongos latinos *au* e *ai*, quer do contacto entre as vogais *a* e *o*, por um lado, *a* e *e* pelo outro, com as semivogais que provieram da vocalização de uma implosiva ou que foram atraídas da sílaba seguinte.

A última descrição de conjunto relativa ao território português de que neste momento dispomos remonta a 1901 e está integrada na *Esquisse d'une dialectologie portugaise* do grande mestre José Leite de Vasconcelos, obra em tantos aspectos ainda não ultrapassada. Com inevitável imprecisão, mas geralmente sem inexactidões, regista em algumas páginas o ilustre dialectólogo a existência da monotongação em vastas zonas meridionais, assinala os limites das regiões em que os ditongos se mantêm e também as áreas aproximadas que ocupam as variantes de cada um deles e as da própria vogal resultante da monotongação de *ou* (*Esquisse*, § 56 e e g).

Há poucos anos — em 1951 — foi dado o primeiro passo importante para a delimitação rigorosa das áreas de conservação e desaparecimento de um dos dois ditongos que nos ocupam. Refiro-me à apresentação feita pelo Prof. Paiva Boléo do mapa relativo à «redução de *ei* a *e*», elaborado pela sua discípula Maria Clementina Duarte com base em materiais do ILB de 1942. Incluíu-o entre aqueles que ilustram o seu trabalho *Dialectologia e história da língua (Isoglossas portuguesas)* publicado no *BdF*, XII, 1951, onde é acompanhado de um breve comentário.

Quanto à paralela delimitação da conservação e monotongação de *ou*, creio que foi pela primeira vez feita com alguma precisão — aquela que permite a natureza dos materiais em que se fundamenta — num mapa que tive a oportunidade de apresentar em 1956 na Bahia, no I Congresso Brasileiro de Língua Falada no Teatro, mapa que elaborei com base nos resultados dos inquéritos realizados em 1953 e 1954 para o *Atlas Linguístico da Península Ibérica*, dirigido por T. Navarro Tomás. Esses inquéritos, além de nos permitir traçar aproximadamente o limite actual da zona do Norte onde o ditongo se mantêm com regularidade, revelaram-nos a existência de uma ilha de conservação situada na serra de Aire e que se estende até à costa na região da Nazaré. Desta nossa averiguação teve conhecimento o fonólogo alemão H. Lüdtke, que a ela aludiu, muito rapidamente, no seu artigo *Fonemática Portuguesa II. Vocalismo*, publicado em 1953 no *BdF*, XIV (p. 217). Posteriormente, procedendo a investigações na região, chegou à determinação da existência, não só de um, mas de três enclaves de conservação de *ou* na Estremadura, sendo o maior aquele que tínhamos encontrado e se estende, segundo Lüdtke, do sul da Batalha até Fátima e à serra de Aire (Mira, Minde), estando outro situado mais ao norte (Pombal, Ramalhais) e outro mais ao sul (Turquel, Benedita). Deu a conhecer estes resultados na sua interessante contribuição para a *Miscelânea-homenaje a A. Martinet*, editada por D. Catalán e publicada em 1957 (v. pp. 110-112), a que adiante terei de me referir novamente.

Por outro lado, a realização dos trabalhos de campo para o *Atlas da Península Ibérica* permite tornar a traçar a fronteira da monotongação de *ei*, partindo de uma base muito menos rica de informação que a utilizada por M. Clementina Duarte — mas de certo modo mais segura (já que se trata de dados recolhidos directamente e não por correspondência). O resultado é, aliás, uma confirmação, nas suas linhas gerais, da delimitação efectuada com base nos materiais do ILB.

Procurei representar num mapa o estado presente dos nossos conhecimentos sobre os limites fonéticos a que acabo de me referir. No que diz respeito ao ditongo *ei*, mostra-nos a monotongação dominando em todo o Algarve, Alentejo, no Sul e numa faixa ocidental da Estremadura. A cidade de Lisboa forma, como é sabido, um enclave conservador nesta área de redução. Quanto ao ditongo *ou*, indica-nos

que a monotongação do ditongo de elementos velares — a única das duas que penetrou na linguagem-padrão — se estende, para além da zona indicada para a redução de *ei* a *e*, pelo resto da Beira Baixa e do Ribatejo, por grande parte da Beira Alta, onde, no entanto, se mantêm zonas importantes de conservação intensa do ditongo a oeste, próximo da Beira e do Douro Litorais, e pela Beira Litoral (com exclusão dos enclaves mencionados e do extremo norte da segunda destas províncias — o norte do distrito de Aveiro — zona de conservação).

É evidente que, mesmo depois dos progressos recentes, estamos longe de nos encontrar definitivamente informados sobre o traçado das isófonas respeitantes à monotongação dos ditongos. Impõe-se a realização sobre o terreno de um estudo minucioso das aludidas fronteiras, comparável ao trabalho modelar que, há anos, Navarro Tomás e os seus discípulos Aurelio Espinosa (hijo) e L. Rodríguez Castellano dedicaram a *La frontera del andaluz* (RFE, xx, 1953), e ao que um destes autores, Aurelio Espinosa, consagrou às fronteiras das zonas de conservação das fricativas sonoras em Cáceres e Salamanca (*Arcaísmos dialectales*, Madrid 1935). Das novidades que semelhante estudo trará, posso dar, como exemplo, um facto curioso observado num dos extremos da fronteira da monotongação de *ei*. Trata-se das condições locais em Vieira de Leiria — aldeia do concelho da Marinha Grande, distrito de Leiria — que o mapa baseado no ILB assinalava como ponto extremo setentrional na costa atlântica da monotongação de *ei*. Tendo, durante as excursões para o ALPI, encontrado a sul do referido ponto, junto da costa, a nítida conservação do ditongo *ei* (acompanhada, aliás, da do ditongo *ou*) em Pataias, aldeia do concelho de Alcobaça, resolvemos, o meu companheiro de trabalho, Aníbal Otero, e eu, repetir o questionário na própria localidade de Vieira. Escolhidos, como habitualmente, dois informadores naturais da localidade, de condições muito semelhantes, observámos imediatamente que, no falar de um deles, se produzia regularmente a monotongação, no de outro se dava a conservação normal do ditongo. Um rápido inquérito feito a outras pessoas da aldeia revelou-nos a coexistência das duas variantes no lugar, cada uma delas como característica de uma parte dos habitantes. Curiosamente, cada indivíduo pronunciava sempre o ditongo ou monotongava sempre (a não ser, talvez, em casos especiais como

o de *eit* proveniente de *ekt*, em que até no Alentejo se observa a conservação do *i*). Não havia oscilação de palavra para palavra. Foi-nos impossível, de momento, determinar os motivos da integração de cada pessoa num ou noutro grupo. Mais tarde voltei a Vieira de Leiria, com mais demora, procurando completar as minhas observações. Pude então verificar que a monotongação parece penetrar na aldeia através da população piscatória da praia de Vieira, situada a uns 5 km, onde ela é aparentemente geral. Mal se caminha de Vieira para o interior, em direcção à povoação de Monte Real, desaparece totalmente *e* e reaparece-nos *ei* com plena vitalidade. É também *ei* que se ouve imediatamente ao sul, na vila da Marinha Grande e em S. Pedro de Muel, mas já não entre os pescadores da Nazaré, um pouco mais ao sul, que monotongam. A Praia de Vieira e Vieira — com a parte da sua população que reduz *ei* a *e* — apareceram-me assim como um enclave de monotongação em território de conservação do ditongo — não como o extremo da zona de monotongação que constituem no mapa de Maria Clementina Duarte.

Regressando ao traçado das fronteiras da monotongação: se, no que se refere ao sector português dessa fronteira, ainda não dispomos do estudo definitivo que seria para desejar, há outro sector sobre o qual um trabalho recente nos veio informar de forma particularmente completa. Ao sector asturiano desses limites Lorenzo Rodríguez Castellano, precisamente um dos colaboradores de *La frontera del andaluz*, dedicou em 1954 alguns parágrafos do seu livro *Aspectos del bable occidental*, acompanhados de um mapa, elaborado com base em inquéritos efectuados quase em cada localidade de uma zona bastante extensa, que vai do Cantábrico, através dos concelhos asturianos de Castrillón, Illas, Las Regueras, Oviedo, Tuñón, Boaza, até aos de Quirós e Lena, situados junto do extremo setentrional da província de Leão.

É quanto ao avanço da monotongação do ditongo no sector leonês da fronteira que estamos hoje menos completamente informados. Encontram-se espalhados por diversas monografias, principalmente pelas de Krüger e Concepción Casado Lobato, dados sobre a conservação dos ditongos em certas zonas de Leão e Zamora, mas falta qualquer tentativa de traçado da fronteira. Esperamos que no-la venha

a fornecer a reedição há bastante tempo esperada de *El dialecto leonés*, de Menéndez Pidal, em que trabalha o Seminário Menéndez Pidal da Universidade de Madrid.

* * *

Quase só me referi até agora à fronteira fonética entre a zona em que *ei* e *ou* se mantêm e aquela em que se produziu a monotongação. Mas, como lembrei logo de início, de forma alguma é ela a única que interessa no estudo descritivo dos ditongos decrescentes. Importa determinar também a área geográfica de expansão de certas variantes dos ditongos ou do monotongo resultante da assimilação entre os seus elementos. O número e a natureza das variantes são bastante maiores no caso do ditongo *ou* do que no do ditongo *ei*. Quanto a este último, apenas há a assinalar que, em toda a zona do norte e do centro de Portugal, em que ele se mantêm, é mais frequente encontrá-lo realizado na forma [aj] que apresenta em Lisboa, ou pelo menos nas formas [ej], com [e] aberto ou [e] com [e] médio, do que na forma [ej] com [e] fechado. Esta encontra-se principalmente representada no falar das classes cultas do Sul do país (como no das classes cultas brasileiras) em que é, como já o fez notar H. Lüdtke (*BdF*, xiv, p. 217), o resultado da restauração do ditongo com base na própria ortografia e não em qualquer pronúncia viva.

Muito difícil me parece vir a assinalar, dentro da vasta zona centro-setentrional, zonas de [aj] opostas a zonas de [ej] ou de [e]. As três pronúncias estão tão próximas que é frequente conviverem na mesma localidade ou aparecerem em localidades vizinhas. A existência de uma variedade deste ditongo com vogal aberta é, aliás, assinalada, fora do território português, por Concepción Casado Lobato, na Cabrera Alta (Leão). Nas suas transcrições do ditongo emprega sempre o [e] aberto (*El habla de la Cabrera Alta*, Madrid 1948, 5 a 7) e refere-se à existência numa das aldeias visitadas, Valdavido, de formas com o ditongo [aj] [aθaite, kaldair, tartaira] em que julga encontrar, contra a interpretação que parece mais provável, como adiante veremos, vestígios da conservação do ditongo originário. Não creio que tenham sido apontadas variantes do mesmo tipo [ej] ou [aj] para outras regiões.

Mas não é impossível que existam, pelo menos no interior dessa vasta zona ainda tão mal conhecida do domínio linguístico português que é a Galiza. É de esperar que a publicação do primeiro volume do ALPI as dê a conhecer. Rodríguez Castellano não assinala nenhuma destas variantes no asturiano ocidental.

Quanto a *ou*, já julgo possível — embora não o possa fazer neste momento — delimitar, no interior da área de conservação do ditongo a zona em que ele mantêm o timbre de [ou] e aquelas em que aparece a variante muito frequente [au].

Leite de Vasconcelos regista-a (representando-a por [öu]) no norte de Trás-os-Montes, em parte de Entre Douro e Minho e, com dúvida, numa parte da Beira. Por meu lado, recordo-me de a ter anotado durante as excursões realizadas para o ALPI, como típica do norte e centro transmontanos (Torre de D. Chama, conc. de Mirandela, Peredo, conc. de Macedo de Cavaleiros, Vimioso). É interessante aproximar desta forma a do mesmo ditongo que Rodríguez Castellano ouviu e registou na localidade de Bandujo, concelho de Proaza, nas Astúrias, cujo primeiro elemento «vocal de timbre impreciso, difícil de analisar» transcreve com um [a] velar. Fala, no entanto, de grande abertura da vogal, o que se opõe ao que se observa em Trás-os-Montes (*Aspectos del bable occidental*, p. 90). Também Concepción Casado, na Cabrera Alta, recolheu formas como [pauko], [raupa] em Valdavido, o mesmo lugar onde ouviu [kaldaira], [tartair], que transcreve com o mesmo [a] velar (*El habla de la Cabrera Alta*, 43-44).

São muito mais complexos e difíceis de descrever os resultados de qualquer tentativa de localização geográfica no território português da variante *oi*. Leite de Vasconcelos, na sua *Esquisse d'une dialectologie*, afirmou que «ela existe mais ou menos em todo o país, pois alterna com *ou* em certas palavras: *dois* ou *dous*, *oiro* ou *ouro*», mas que «há algumas palavras em que *oi* é dialectal, e não geral, como *oivir*, *toica* (em Moncorvo)» (p. 106). Noutra ocasião, mais imprecisamente, dissera: «Em geral na nossa língua, o ditongo *oi* reflecte a pronúncia popular, o ditongo *ou* a pronúncia literária.» (*Estudos de Filologia Mirandesa*, I, p. 75.) Não vai mais longe, muito mais recentemente, o professor Paiva Boléo quando, na sua *Introdução ao Estudo da Filologia Portuguesa* (Lisboa, 1946, p. 91), diz: «De uma maneira geral, o ditongo

oi é mais popular e mais usado que *ou*, aparecendo em palavras que na linguagem corrente têm *ou*: *oirives*, *oitono*, *oitubro* (V. RLu, XXVIII, 1930), *coibe* (couve), etc. No entanto, há regiões, p. ex. no Norte, onde o ditongo *ou* aparece em palavras que correntemente se ouvem com *oi*: *loura*, *biscouto*, *doudeira*, etc.»

Os inquéritos que realizei em toda a extensão do território português continental para a elaboração do ALPI permitem-me desde já corrigir e completar em alguns pontos estas informações, embora as notas tomadas em viagem não sejam suficientes para fundamentar uma descrição totalmente satisfatória.

Antes de mais nada, parece-me necessário afastar a noção, que se pode depreender da formulação de Leite de Vasconcelos, de que, em qualquer falar regional, [ou] ou [o] alterne com [oi] em certas palavras. Essa alternância que em alguns casos existe realmente na língua corrente das cidades, julgo-a desconhecida da linguagem das aldeias. Diz-se nelas *cousa* ou *coisa*, *touro* ou *toiro*, *outro* ou *oitro*, *outeiro* ou *oiteiro*. A situação é portanto perfeitamente idêntica neste aspecto à que Amadeu Amaral descrevia para um falar brasileiro — o caipira — «os vocábulos ... são pronunciados sempre de um só modo» (*O Dialecto Caipira*, São Paulo, 1955, p. 50) e não essencialmente diversa, como as incompletas descrições dos filólogos portugueses o fizeram crer ao autor dessa interessante monografia.

É ainda idêntica noutro aspecto: creio que não há nenhum falar português em que o ditongo [oi] não exista, a par de [ou] ou do [o] proveniente da sua monotongação, pelo menos em algumas das palavras em que o *i* é etimológico (atraído da sílaba seguinte, como em *coiro*, ou proveniente da vocalização da consoante *c* no grupo *ct* como em *noite*); o que há é falares em que [oi] não só se manteve nos casos em que era etimológico, mas aparece em grau maior ou menor nos casos em que se esperaria [ou] ou [o], outros em que se observa a situação inversa. A distinção que me parece necessária é a distinção entre falares e zonas linguísticas em que predomina [oi], seja qual for a etimologia, e falares e zonas em que predomina [ou] ou [o]; entre falares e zonas, portanto, em que se ouve *oiro*, *toiro*, *foice*, *oitro*, *roipa*, *oiteiro*, ainda que num ou noutro caso apareça [ou] ou [o], e outros em que se ouve *ouro*, *touro*, *fouce*, *outro*, *roupa*, *outeiro*, ou *ôro*, *tôro*, *fôce*, *ôtro*, *ôteiro*,

rôpa, embora algumas palavras apresentem [oi]. Ora, esta distinção não só é possível, como necessária.

Desde já posso indicar, embora de uma maneira vaga, qual a região em que me parece registrar-se o predomínio de [oi] ou, para falar mais exactamente, em que são numerosas as zonas em que [oi] é particularmente abundante: essa região é o centro de Portugal, a zona de entre Douro e Tejo, isto é, a zona que tem sido atravessada durante os últimos séculos, na direcção este-oeste, e segundo paralelos cada vez mais altos, pela fronteira da monotongação de [ou], hoje já vizinha da linha do Douro. Em contraste com esta zona central, a maior parte do norte de Portugal (parecem exceptuar-se algumas partes de Trás-os-Montes) e a Galiza conservam o ditongo [ou] (a não ser nos casos em que [oi] é etimológico, quando, como diz Paiva Boléo, o não estendem a estes últimos). A sul do Tejo predomina a monotongação em [o], embora não sejam raras formas isoladas em [oi].

A grande expansão da variante [oi] parece-me característica dos falares populares regionais de uma zona de fronteira entre a região em que se produz a monotongação e aquela em que se conserva o ditongo (nas suas variantes [ou] ou [aü]). Se dos falares regionais passássemos para a língua comum e para a literária — o que o tempo nos impedirá aqui de fazer — encontraríamos uma convivência, à primeira vista extremamente confusa e por isso mesmo ainda muito mal descrita pelas gramáticas, de formas com *ou* e formas com *oi*, importadas certamente de falares regionais de características diversas. O emprego de umas ou de outras está longe de ser em muitos casos indiferente, como em algum sítio se lê, («este ditongo alterna indiferentemente com *ou* mormente antes de *-r-* e *-te-*», Gonçalves Viana, *Exposição da Pronúncia Normal*, 1892, p. XXXVII), ou de se poder definir com fórmulas simples do tipo: «*ou* is more literary *oi* more colloquial» (E. B. Williams, *From Latin to Portuguese*, § 92 c, p. 86). É urgente um estudo da sua distribuição por camadas sociais e estilísticas que ainda está por fazer.

Voltando ainda à distribuição regional de *oi* como variante de *ou*, creio de grande importância chamar a atenção para um facto recentemente estudado e que tem especial interesse para a explicação do aparecimento desta variante no português.

No seu livro *Aspectos del bable occidental*, L. Rodríguez Castellano, regista a existência de *oi* como variante de *ou* numa pequena zona dos falares asturianos ocidentais situada no extremo sul da fronteira entre as áreas de conservação e de monotongação dos ditongos *ei* e *ou*. Observa-se principalmente em casos de vocalização de *l* nos grupos *al* + cons., *ul* + *s*, em que no resto do domínio se encontra regularmente *ou* (*foice, pois*), mas também, pelo menos num exemplo em que *ou* provém de *au* (*esfoitu, esfoiteme*). Não tem, em vista disso, dúvidas em admitir que *oi* é uma variante de *ou* como em português, e não um produto directo da evolução dos grupos mencionados. Da mesma opinião é Diego Catalán, para quem é tão claro que *oi* provém de *ou* que, num artigo recente (*El asturiano occidental*, I, *RPhil*, x, 1956, p. 88), chega a criticar Rodríguez Castellano por, no seu mapa da fronteira da monotongação, não ter incluído dentro da zona de conservação dos ditongos a área onde se mantém *oi* (< *ou*) mas não *ou*.

Em alguns pontos da região mencionada, *oi* convive com relíquias de *ou* (Translavilla, Proacina, Villanueva de Santo Adriano); noutros — e mais numerosos — com o *o* proveniente da monotongação (Agüera, Murias, Cortes, Ricabo, Lindes). Isto é: num reduzido território das Astúrias reproduzem-se as condições que, de forma menos clara, e espalhadas por um território maior, vamos encontrar em Portugal. Penso que era da maior urgência confrontar o que se passa nas duas regiões consideradas.

Para completar a descrição dos resultados da evolução de *ou*, resta fazer referência à zona centro-meridional em que a monotongação se produziu, não em *ou*, mas em *õ*. Trata-se, como é sabido, de uma região — que compreende parte da Beira Baixa e parte do Alto Alentejo — em que não é esta a única evolução fonética notável (*a* > *e*, em certas condições, *e* > *ẽ*, *u* > *ũ*) e que também se distingue, em certos casos, por uma marcada individualidade lexical, como o mostrou Herculano de Carvalho, no seu livro *Coisas e Palavras*, Coimbra 1953, pp. 308-309. Os limites actuais de *õ* < *ou*, apontados em termos bastante vagos na *Esquisse d'une dialectologie*, p. 107, foram há muito pouco esclarecidos em grande parte da sua extensão pela investigação de H. Lüdtke, cujos resultados dá a conhecer no já mencionado artigo da *Miscelânea-Martinet* de 1957, p. 110. Resta indicar a fronteira

noroeste não investigada por Lüdtke. Em Oleiros, situado nessa zona, encontrei os fenómenos em questão, gozando de plena vitalidade e, segundo notícias indirectas, eles ainda se observam na região de Pamplhosa da Serra. De um modo geral, o Zêzere parece delimitar o fenómeno. Na margem direita encontramos apenas uma ou outra «testa de ponte», como as estremenhas mencionadas por Leite de Vasconcelos e Lüdtke. (Deixo aqui de parte o reaparecimento desta variante no português atlântico que será evidentemente necessário ter em conta, tanto no que se refere a este como a outros pormenores, numa descrição completa.)

Feita a descrição de conjunto da actual distribuição geográfica dos resultados a que conduziu a evolução dos ditongos *ei* e *ou*, desejaria, no estudo projectado, utilizá-la, associando-a a outro tipo de dados, na reconstituição das várias fases dessa evolução, na *história* dos ditongos decrescentes. Para isso me falta realizar a indispensável recolha sistemática das formas que fornecem os textos — sobretudo os textos não literários, datados e localizados — e também a colheita e crítica das informações dos gramáticos, cuja importância veio pôr em relevo a fundamental obra póstuma de Amado Alonso, *De la pronunciación medieval a la moderna en español*.

Ainda assim tentarei rapidamente — manejando os dados de que disponho e partindo sobretudo da descrição anterior — apresentar algumas sugestões.

Os ditongos *ei* e *ou*, que aparecem documentados em textos do ocidente peninsular, o primeiro, a partir do século x (Huber, *Altportugiesisches Elementarbuch*, § 81 a, e Menéndez Pidal, *Orígenes*³, §§ 12 e segs.), o segundo, um pouco mais tarde, a partir de inícios do século xi (Menéndez Pidal, *Orígenes*³, § 19, p. 93, n. 1, e Huber, § 82) pareciam destinados, de um ponto de vista puramente fisiológico, a desaparecer, como aconteceu em quase toda a România, devido à grande proximidade articulatória entre os seus elementos vocálicos, só separados por uma diferença de abertura. Compreende-se facilmente como, apesar do grande conservantismo da zona periférica constituída pelo extremo ocidente da Hispânia, manifestado em tantos aspectos, surgiu nela um foco de monotongação de acção paralela à dos que se encon-

travam, provavelmente desde época mais antiga, ao centro e a leste da Península (se é que a monotongação não foi transportada para essa parte da Ibéria no próprio latim dos colonizadores, segundo prefere supor Harri Meier). O foco ocidental de monotongação, como no-lo faz ver claramente a actual distribuição geográfica, estava situado no sul do que, a partir dos sécs. XII-XIII, veio a ser o território português. Quando surgiu esse foco? A partir de quando se fez sentir a sua acção? Só talvez o estudo de documentos notariais, se os houver em número suficiente lavrados nestas regiões do sul na época que nos interessa, poderá fornecer a resposta a estas perguntas. O facto, estranhado por Paiva Boléo (*BdF*, XII, 1951, p. 35), de a monotongação surgir precisamente na região onde se presume ter existido uma camada de população moçárabe, cujo romance tinha, conforme demonstrou Menéndez Pidal, como um dos seus traços mais característicos a manutenção dos ditongos, *ai*, *ei*, *au*, *ou*, explica-se, segundo creio, por, no destino linguístico de toda esta zona meridional do território português, assim como no da oriental que a prolonga, ter pesado, muito mais do que a existência do chamado substrato moçárabe (certamente pouco denso na maioria da sua extensão), a própria circunstância de se tratar de uma zona de colonização, de repovoamento, feito com gente de várias origens — propícia, como todas as zonas de características semelhantes, à aceitação e à propagação de inovações.

Do seu originário foco meridional, a monotongação de *ou* em *o* e de *ei* em *e* foi-se expandindo em direcção ao norte. Faltam-nos por enquanto dados sobre a cronologia dessa expansão — que, talvez iniciada durante os sécs. XIII-XIV, certamente se acentuou quando, em fins deste último século e na primeira parte do seguinte, a população do Sul do país, sobretudo do Alentejo, adquiriu papel preponderante nos exércitos e na corte de D. João I. De momento, apenas posso recordar o passo da *Feira de Anexins* de D. Francisco Manuel de Mello, citado por Leite de Vasconcelos, que nos prova a homofonia de *ouço* e *osso* e portanto a penetração da monotongação na própria linguagem culta, na primeira metade do séc. XVII (*Esquisse*, p. 108). Os gramáticos do séc. XVIII, como por exemplo Fr. Luis do Monte Carmelo (1767), confirmam-na explicitamente. O avanço da redução de *ou* foi mais rápido do que o da redução de *ei*, como se deduz da actual expansão

geográfica de uma e de outra e da não adopção até hoje de *e* por *ei* pela linguagem comum.

Em oposição à tendência a fundir os dois elementos dos ditongos, veio em certas regiões a surgir uma tendência a afastá-los, salvaguardando assim a existência dos próprios ditongos.

A esta tendência a diferenciar, a dissimilar os dois elementos primitivos, devemos atribuir em primeiro lugar a variante lisboeta — e de grande parte do norte de Portugal — [aj]. Quando o primeiro elemento do ditongo *ei* passa de palatal a médio, diminui sensivelmente o perigo de fusão com o segundo elemento. Diminui também, embora em menor grau, quando de [ej] se passa à variante [ej]. Compreende-se facilmente que [aj] se tenha imposto como solução com plena vitalidade na ilhota de conservação do ditongo que Lisboa constitui hoje no interior da área de monotongação.

O aparecimento da variante [aj] do norte de Trás-os-Montes exige uma explicação paralela à de [aj]. É evidentemente à tendência para acentuar a distância entre os elementos do ditongo [qu] que devemos atribuir a formação desta variante regional.

Quanto à origem da variante *oi*, constitui ela o problema mais complexo na história dos ditongos decrescentes considerados. Algumas propostas de explicação até agora feitas por vários autores, a propósito da alternância entre *ou* e *oi* na língua literária portuguesa, não parecem plenamente satisfatórias, pelo menos se as consideramos isoladamente.

Assim, E. B. Williams supõe que a origem da oscilação entre *ou* e *oi* está na vocalização, em certas regiões, do *c* de *-oct-* em *i* (*-oit-*), noutras em *u* (*-out-*), seguida de influência interdialectal. Apoiase para isso em exemplos antigos (séc. XIV) de *noute* em lugar de *noite*. «Como consequência desta junção, o emprego de *oi* estendeu-se no séc. XVI a palavras que tinham originariamente *ou*, e. g. *coisa* (por *cousa* < CAUSAM) e o emprego de *ou* estendeu-se a palavras que originariamente tinham *oi* não proveniente de *-ct-*, e. g. *couro* (por *coiro* < CORIUM) com o resultado de que *ou* e *oi* se tornaram geralmente permutáveis.» (*From Latin to Portuguese*, § 92 c.)

J. Huber, embora também fale numa vocalização regionalmente limitada de *-ct-* em *-ut-*, em vez de *-it-*, na base da oscilação entre *ou* e *oi*,

parece atribuir principalmente importância à evolução de *oi* em *ou* por uma hipotética influência da vogal labial sobre a semivogal palatal seguinte, em casos de atracção do *i* da sílaba seguinte, como o de *DURIU* > *Doiro*, *Douro*, *CORIU* > *coiro*, *couro*, suf. -*DURIU*- > -*doiro*, -*douro*. Não dá no entanto a data em que se documentam as variantes em -*ouro* destas palavras (*Altportugiesisches Elementarbuch*, §§ 214 e 232).

Num artigo que não me foi possível consultar directamente — *Considerations on the interchange of -ou-, -oi-, in Portuguese (Medieval Studies in Honor of J. D. M. Ford, Harvard University Press, 1948, pp. 161-173)* —, mas de que conheço o resumo incluído na recensão publicada por María Rosa Lida de Malkiel na *Nueva Revista de Filología Hispánica* (III, 1949, pp. 83-84), Lucius Gaston Moffat supõe que o ponto de partida do intercâmbio de -*ou-* e -*oi-* (cujo início julga poder situar nos fins do séc. XIV) está «na confusão das terminações -*doiro* < lat. -*TORIU* y -*ouro* < lat. -*AURU*, a que se juntaram muitos outros casos isolados com o mesmo resultado (empréstimos de palavras castelhanas com -*ue-*, formas duplas nos verbos *morrer* (*mor-*, *moir-*) e *ouvir* (*ouç-*, *oiç-*), etc.».

Finalmente, Leite de Vasconcelos e E. Bourciez, em rapidíssimas alusões, seguem um caminho completamente diverso, ao partir do próprio ditongo *ou* para a variante *oi*, e falam, o primeiro, de dissimilação («de *ou* por dissimilação veio *oi*, que tem também outras origens», *Ementas gramaticais, RLu*, XXXII, 1934, p. 288), o segundo, de «un effort de différenciation vocalique» (*Eléments de linguistique romane*, § 332 b, p. 400).

Creio que, quando consideramos, como atrás o fizemos, a localização geográfica actual das zonas onde nos falares regionais existe e predomina *oi* por *ou*, zonas de fronteira entre a conservação do ditongo e a sua monotongação, e, muito principalmente, a localização da zona asturiana a que fiz referência, não podemos deixar de nos sentir preferentemente atraídos pela última destas explicações: [oi] aparece-nos efectivamente como mais um resultado — comparável neste aspecto a [au] — da tendência a fugir à monotongação pelo afastamento dos dois elementos do ditongo.

Não pode, no entanto, deixar de surpreender o modo como neste caso actuou a referida tendência, traduzido no próprio resultado da

sua acção: a mudança da semivogal lábio-velar em semivogal palatal. Não se trata do simples aprofundamento de uma diferença já existente, por leve modificação da zona de articulação, como a que se observa na passagem do [ej] a [aj] ou de [ou] a [au], mas sim de uma radical transformação — para que dificilmente se encontrarão paralelos — da zona articulatória e, conseqüentemente, do timbre da semivogal.

Por outro lado, é certo — embora seja sempre possível admitir que se trate de um acaso — que, como o notaram Williams e Huber, a oscilação entre *ou* e *oi* se documenta antes nos casos de atracção de *i* de uma sílaba seguinte e nos de vocalização de certas consoantes (e não só da consoante *c*, como pensa Williams), isto é, nos casos em que *oi* é a forma primitiva e naqueles em que talvez seja possível admitir ambas, *oi* e *ou*, como originárias, do que naqueles outros em que o ditongo provém de *au* primário ou secundário. Aos exemplos que apresentam ou a que aludem os mencionados autores, posso acrescentar alguns que remontam ao próprio séc. XIII. Assim no *Livro dos Bens de D. João de Portel*, num documento datado de Óbidos 1252 (a cópia no cartulário é pouco posterior) alternam *courelam* < QUADRELLA com *coyrelam*; *oitubro*, em vez da forma mais corrente *outubro*, aparece num doc. de Évora 1267 (*AHP*, v, pp. 131-132, vi, pp. 68-69). Logo nos princípios do séc. XIV se encontra a forma «entre *douro* e minho» por «entre *doiro* e minho» (Leite de Vasconcelos, *Etnografia Portuguesa*, III, 1942, p. 45).

Não devemos também deixar de recordar que quase todos os exemplos de *oi* recolhidos por Rodríguez Castellano nas aldeias asturianas se encontram em palavras em que se deu a vocalização de uma consoante implosiva, enquanto nas palavras cujo étimo apresenta o ditongo *au* se encontra geralmente, nas mesmas localidades, o produto da monotongação *o* ou o ditongo *ou*.

Nestas condições, parece-me preferível admitir que o ponto de partida da passagem de *ou* a *oi* esteja em alguns dos casos particulares a que aludiram autores anteriormente citados, mais provavelmente nos casos em que a terminação -*ouro* (< -*AURU*) se confundiu e começou a alternar com -(*d*)*oiro* (< -*TORIU*), segundo a hipótese de L. G. Moffat, e em certos outros em que, na vocalização de uma consoante, se regis-

tuou uma oscilação que tanto podia conduzir à fixação do estreitamento caracterizador na região palatal como na região velar.

Teria havido assim, para certa zona do vocabulário, aquela fase longa de hesitação entre formas representantes de camadas diversas — *coiro* / *couro*, *Doiro* / *Douro*, *fouce* / *foice*, *courela* / *coirela*, *outeiro* / *oiteiro* — que Menéndez Pidal ensinou a distinguir no processo de produção e expansão de qualquer fenómeno fonético. Essa hesitação ter-se-ia comunicado em maior ou menor grau às palavras em que *ou* tinha outras origens. Mas o factor decisivo na expansão de *oi* teria sido a tendência a evitar a fusão dos elementos do ditongo, exercendo-se principalmente no falar popular de zonas ameaçadas pela aproximação de uma corrente monotongadora. Só essa tendência me parece susceptível de explicar a extraordinária frequência de *oi* por *ou* em certas linguagens regionais, que está certamente na origem da abundante penetração do fenómeno da linguagem literária.

Uma interpretação com base nos casos de vocalização e de atracção de *i* parece-me por outra parte fornecer a justificação de um facto a que ainda não aludi: o não aparecimento da passagem de *ou* a *oi*, quando o *-ou* é final absoluto da palavra, situação em que nunca se encontrava *oi* ou *ou* com as mencionadas origens (por ex. em *cantou*, *vou*, *ou*, etc.).

Para concluir esta visão de conjunto dos diversos sentidos em que se deu a evolução do primitivo ditongo *ou*, é indispensável fazer uma alusão — por rápida e insuficiente que seja — à origem do resultado [õ] que encontramos na Beira Baixa e Alto Alentejo. Salientarei, antes de mais nada, que [õ] é o produto de uma monotongação paralela cronologicamente à que conduziu [ou] a [o], e não de uma mudança de timbre do [o] proveniente de uma anterior monotongação. Não se compreenderia de outra forma o facto, muito bem salientado por H. Lütke, de que o [o] originário se mantém, não acompanhando o *ou* primitivo na sua transformação e constituindo no sistema actual resultante um fonema que se opõe nitidamente a [õ].

A monotongação de *ou* em *õ* envolve teoricamente um grau intermediário de palatalização do *o* inicial do ditongo (*eu* por *ou*), que nos é perfeitamente conhecido da fonética histórica francesa — em que, como se sabe, o *o* longo em sílaba aberta, através das fases *ou* e *eu*,

e acompanhado, a partir de certa altura, pelo ditongo *ou* de outras origens, se transforma precisamente no *õ* que vamos encontrar nesta região portuguesa. É uma evolução completamente anómala e isolada no panorama geral da fonética histórica hispânica e que nos aparece surpreendentemente associada às paralelas e também anómalas transformações de *u* em *ü*, *a* em *e* (em certas condições), *e* em *ëi* (através de um grau intermediário *ě*), todas elas bem conhecidas da Galo-România.

Perante esta evolução de um tipo especial, que pela sua originalidade de tal modo se afasta das que anteriormente considerámos, parece inevitável a procura de uma explicação de um tipo diverso e original. E efectivamente — a propósito dos fenómenos paralelos que se observam na mesma região — os dois maiores representantes da linguística hispânica na primeira metade deste século foram levados a falar na possibilidade da influência de hábitos articulatorios de um substrato étnico — os Celtas, cuja presença Estrabão e Plínio assinalam nas margens do Tejo. Leite de Vasconcelos aludiu a essa possibilidade duas vezes pelo menos (a primeira, muito cedo, numa nota interessantíssima publicada quando ainda era estudante de Medicina no Porto, a segunda, na *Esquisse*, p. 96), ambas para a rejeitar com cepticismo. Menéndez Pidal, pelo contrário, referiu-se de passagem a ela (em *Orígenes del español*³, § 222, p. 113), para afirmar que a admitia sem reservas («...aunque, contra la corriente dominante, asintamos al celtismo de estas palatalizaciones, lo aceptaremos en España para la palatalización de *a > e y u > ü* que se observa en Beira Baixa y Alentejo, es decir en tierras próximas al Tajo donde estaban los antiguos Celtici...»).

Não podemos esquecer, contudo, as dificuldades que se levantam perante esta hipótese. Trata-se de uma das regiões que se sabem mais intensamente despovoadas no momento em que, nos séculos XII-XIII, é integrada no reino português. Por outro lado, ao passo que nada se conhece de seguro sobre a localização e limites da suposta ocupação celta das margens do Tejo, conhecem-se de forma suficientemente completa os termos da zona que, por ocasião do repovoamento deste território, foi confiada às Ordens Militares do Hospital e do Templo, para se poder verificar a sua quase perfeita coincidência com os limi-

tes dos fenómenos fonéticos a que me estou referindo e de determinados tipos lexicais — como teve oportunidade de o lembrar José G. Herculano de Carvalho (*Coisas e Palavras*, pp. 309-310). Haverá alguma relação entre este repovoamento — em que participaram *freires* de origem galo-românica — e a expansão dos mencionados fenómenos fonéticos, conforme muitas vezes me tem sugerido verbalmente o filólogo José Inês Louro?

Não tentarei aqui responder — prolongando ainda mais esta já demasiadamente longa comunicação. Espero que, apesar do seu carácter acentuadamente provisório e de todas as suas lacunas, este esquema tenha sido capaz de chamar a atenção, como era meu desejo, para a multiplicidade, variedade e complexidade dos problemas que levanta o estudo sincrónico e diacrónico de aquilo que afinal não passa de um pequeno «recanto» no estudo total da fonética do leonês e do português.

(1958)

Áreas lexicais no território português